

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.001, DE 2011

Dispõe sobre a denominação da “Rodovia Senador Lúdio Coelho” BR 267, no trecho entre Rio Brilhante-Nova Alvorada do Sul – MS à divisa com o Estado de São Paulo.

Autor: Deputado REINALDO AZAMBUJA

Relator: Deputado MARÇAL FILHO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe tem por objetivo denominar a BR 267 “Rodovia Senador Lúdio Coelho”, ao trecho que liga Rio Brilhante – Nova Alvorada do Sul – MS à Divisa com o Estado de São Paulo.

Com isso a proposição pretende homenagear o Senador Lúdio Coelho, falecido em 22 de março de 2011, que como pecuarista, participou da instalação do primeiro frigorífico do Estado de Mato Grosso do Sul e foi pioneiro na atividade de reflorestamento e integração lavoura-pecuária.

O autor da proposta, Deputado Reinaldo Azambuja, justifica a homenagem ao afirmar que o Senador era um homem simples, de ideias inovadoras, e que também vivia o lema: “Só é possível vencer pela força do trabalho”. Diante disso, em reconhecimento à importância de seu trabalho, seria esse o nome perfeito para denominar uma das Rodovias mais importantes que liga a Região Sudeste do Brasil à Mato Grosso do Sul e que se configura como um verdadeiro corredor de exportação, levando a produção sul-mato-grossense aos portos de São Paulo.

O projeto foi aprovado nas Comissões de Viação e Transportes (CVT) e de Educação e Cultura (CEC) desta Casa Legislativa.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Encerrado o Prazo regimental, não foram apresentadas emendas à Proposição.

Sob o prisma de análise desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, estabelecido no art. 32, IV, "a", do Regimento Interno, nossa análise se circunscreve, considerando-se o despacho de distribuição do Presidente da Casa, à análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em conformidade com o que preceitua o art. 54 do Regimento.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em exame observa os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar, nada havendo a obstar ao prosseguimento da matéria, no que concerne à sua constitucionalidade formal ou material.

No que se refere à juridicidade, entendemos que a proposição foi elaborada em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, não havendo, portanto qualquer óbice à sua aprovação por esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A técnica legislativa e a redação do projeto não demandam reparos.

Pelas razões precedentes, manifesto meu voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.001 de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado MARÇAL FILHO
Relator